ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2007

ACTA Nº 19

Aos vinte e cinco dias do mês de Setembro de dois mil e sete, pelas 21,20 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Informação da Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº. 1 do art.º. 53 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

2 – Desafectação de parcela de terreno sita em Pinhal Novo para construção de Lar Residencial destinado a crianças e jovens portadores de deficiência

3 – Nomeação de auditor externo, nos termos do artº. 48º. da Lei das Finanças Locais

4 – Redução da Taxa do I.M.I. no Centro Histórico de Palmela

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Victor Manuel Barrocas Borrego e pelos Secretários Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores e Simplício Joaquim Guerra Piteira.

Feita a chamada verificou-se a falta de:

- Sr. Engº. Carlos Alberto Martins do PS
- Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU

Presentes, em representação do Executivo Camarário:

- Sra. Presidente Dra. Ana Teresa Vicente

- Sra. Vice-Presidente Adília Candeias
- Sr. Vereador Adilo Costa
- Sr. Vereador José Charneira
- Sr. Vereador José Braz Pinto
- Sr. Vereador José Carlos Sousa
- Sr. Vereador Octávio Machado

Iniciando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** informa:

- Sr. Dr. Álvaro Amaro, Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, justificou falta à sessão de hoje, tendo a mesma sido considerada justificada. Fez-se substituir pelo Sr. Raul Prazeres, vogal da Junta de Freguesia, que se encontra presente.

Solicita a aprovação das minutas das actas nº. 11 de 10.10.2006, nº. 12 de 23.10.2006 e nº. 13 de 19.12.2006, dispensando-se a sua leitura em virtude de terem sido previamente distribuídas. Foram aprovadas por unanimidade com 25 votos a favor (15 CDU, 5 PS, 4 PSD e 1 BE).

Solicita, ainda, a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

Agradece a presença do público presente e informa que, uma vez que se trata de sessão ordinária, haverá seguidamente um período destinado à sua intervenção.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum munícipe quer intervir.

Não havendo intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** dá início ao período de Antes da Ordem do Dia. De imediato pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sr. Dr. Luis Calha da CDU apresenta cumprimentos aos presentes.

Saúda a abertura da nova escola 2/3 Poceirão/Marateca dizendo que se trata de uma vitória das populações de Poceirão e Marateca, e das autarquias, que ao longo de muitos anos reivindicaram a construção deste equipamento fundamental para estas freguesias rurais.

De imediato passa a apresentar uma Moção sobre o início do ano lectivo que ficará apensa à acta.

Sr. Presidente da Mesa, coloca à votação a admissão da Moção, tendo sido admitida por unanimidade com 25 votos a favor (15 CDU, 5 PS, 4 PSD e 1 BE).

De imediato pergunta se alguém quer intervir na discussão da Moção.

Sr. Dra. Maria Celeste Oliveira do PSD, em relação à questão da construção dos pavilhões desportivos das escolas secundárias de Palmela e de Pinhal Novo e escola 2/3 Poceirão diz ser do seu conhecimento, enquanto docente da escola secundária de Pinhal Novo,

que em Abril/Maio de 2004, na vigência de um Governo PSD, os pavilhões de Palmela e de Pinhal Novo estavam para aprovação do Sr. Secretário de Estado. Em 2007, não se percebe o que aconteceu a estes dois pavilhões. O pavilhão do Poceirão é urgente, e devia ter acontecido com a construção da escola, não se justificando que mais uma vez se faça uma escola e não se pense no pavilhão gimnodesportivo e nas consequências para os alunos.

Em relação à falta de pessoal não docente em várias escolas, estão de acordo com a Moção e é urgente que haja mais pessoal auxiliar. As turmas têm um número significativo de alunos, que são bastantes heterogéneos, pelo que é necessário durante os intervalos haver algum acompanhamento que passa necessariamente pela existência de mais pessoal auxiliar.

Sr. José Manuel Silvério do PS apresenta cumprimentos aos presentes.

Em relação à Moção diz que se se tratasse de uma Moção que dissesse que deveríamos estar cada vez mais exigentes com os munícipes do Concelho em relação à educação, às escolas, aos edifícios e a tudo de um modo geral, o PS votaria a favor. Nesta Moção só se pretende escamotear falhas da Câmara Municipal de Palmela e apontar, como sempre, problemas ao poder central.

Lembra que, nos últimos anos, a Câmara Municipal de Palmela tem feito algum investimento em termos de educação mas não tem dialogado com os munícipes em relação a algumas questões como as que vai passar a referir.

A escola básica do Poceirão que foi ampliada e remodelada há três anos atrás, estava na Carta Educativa desde 2001 para ser um núcleo, que significava ampliar as salas de aula para poder receber alunos de outras escolas, que potencialmente pudessem vir a perder alunos e consequentemente fechar, como era o caso da Aroeira e Forninho. A Câmara gastou seiscentos mil euros naquela escola e ficou na mesma com duas salas de aula. Daí resulta que a escola tenha horário duplo, privando as crianças de terem refeições e ensino extra curricular que as ocupava e facilitava a vida aos pais. A Câmara não consultou ninguém sobre aquele projecto e fez uma autêntica asneira.

Esperam que na escola de Cajados, que já deveria estar pronta há algum tempo, não aconteça o mesmo.

Em relação aos pavilhões desportivos, pergunta se alguém ouviu a Sra. Presidente da Câmara dizer, quando se reuniu em Fevereiro de 2004 com o então Ministro da Educação David Justino, que queria um pavilhão na escola de Poceirão. As notícias apenas disseram que o Sr. Ministro tinha reunido com a Sra. Presidente e tinham acordado fazer uma escola do 1º. e 2º. Ciclo.

Refere ainda a Moção que não há docentes nas escolas e pela sua experiência nos últimos quatro a cinco anos verifica que não aconteceu em mais ano nenhum aquilo que aconteceu este ano. Em termos de docentes as escolas estão apetrechadas e têm, neste momento, autonomia para contratar os professores que sejam necessários. Há realmente alguma falta de pessoal auxiliar, tendo em conta que a implementação do ensino extra curricular acarreta a necessidade de mais auxiliares educativos nas escolas, pelo que a resposta tem que ser dada e nós estamos cá para exigir.

Termina dizendo que a bancada do Partido Socialista se vai abster na votação da Moção pelas razões referidas anteriormente.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** esclarece o Sr. José Manuel Silvério que a Moção refere falta de pessoal não docente.

De imediato coloca a Moção à votação tendo sido aprovada por maioria com 20 votos a favor (15 CDU, 4 PSD e 1 BE) e 5 abstenções do PS.

Sr. António José Santos do PS apresenta cumprimentos aos presentes.

Diz que pretende saber qual o ponto de situação de um requerimento que foi feito à Câmara em 26/12/2006, nº. 311/07 de 11/01/2007, e que tem a ver com um ecoparque na Quinta de Biscaia.

Pretende também saber o ponto de situação de uma carta enviada pelo munícipe Sr. Vítor Carvalho Palheira, em 02/06/2007, em que solicitava que à Câmara a reanálise de um processo.

Em relação à estrada que liga Aires à estação da REFER foi dito que iriam ser tomadas medidas relativamente à calçada, que já está colocada, mas também foi dito que as manilhas que servem de valeta iam ser cheias só que tal ainda não aconteceu e o perigo continua a existir.

Gostaria também de falar de uma questão, já muito debatida pela comunicação social, que apesar de ainda não estar ultrapassada, já está muito esbatida e tem a ver com a venda de senhas de refeição para os alunos do ensino básico. Tem conhecimento que a Sra. Presidente já tomou medidas no sentido de alterar a situação, nomeadamente em relação ao horário, porque não há nenhum pai ou mãe que consiga deslocar-se à Divisão de Atendimento de Palmela para adquirir as senhas entre a 08,30 e as 15,15 horas, salvo se não trabalharem. Acha que não se deverá esperar pelo próximo ano lectivo para tomar algumas medidas, apesar de, como diz o ditado *"… mais vale tarde do que nunca..."*. Deste modo, gostaria que esta questão fosse devidamente avaliada, uma vez que ainda falta bastante tempo até final do ano lectivo. Estranha que esta Câmara que está sempre muito preocupada com orçamentos participativos e com reuniões descentralizadas não tenha ouvido as associações de pais em relação a esta questão.

Em relação à escola de Aires teve ocasião de verificar duas situações, passíveis de serem ultrapassadas, que têm a ver com a falta de um local para as crianças se sentarem no corredor central da escola e também no telheiro, onde se abrigam quando chove, que não tem capacidade para todas elas.

Pergunta o que é que a Câmara pensa fazer no edifício da antiga escola que já está desactivado há algum tempo, deixando duas sugestões para o efeito. Em sua opinião aquele local poderia ser utilizado para instalar uma delegação da Câmara que serviria os munícipes da zona ou então utilizado para centro de dia.

Mais uma vez fala da eleição da rainha da Festa das Vindimas que é um dos actos mais nobres das festas e começa a pensar, com todo o respeito que tem pela sua pessoa, que a Sra. Presidente entenderá que os membros da Assembleia não serão dignos de estar presentes no evento. Os convites são feitos não só pela Comissão mas também pela Câmara como é o caso do convite para inauguração.

Termina perguntando à Sra. Presidente da Câmara para quando se prevê a abertura da ponte do Zambujal e porque é que ainda não abriu. Pelos dados que tem em sua posse tem alguma dificuldade em perceber porque é que isso ainda não aconteceu.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS inicia participação nos trabalhos pelas 21,45 horas.

Sr. Carlos Guinote do BE apresenta cumprimentos aos presentes.

Iniciando a sua intervenção refere que o verão já passou e que se assistiu à escalada das reformas do Governo, que são sempre reformas para a maioria da população portuguesa andar para trás, nomeadamente na saúde sempre no caminho da privatização, na flexisegurança, no caminho do recuo das reformas das pessoas.

Gostava de falar sobre o secretismo que rodeia a exploração da Arrábida pela SECIL, que é sempre um segredo de todos os Governos que governam o país e os cidadãos nunca têm o direito de saber o que se passa com o contrato entre o Estado e a SECIL. Por portas travessas sabe-se que a SECIL tem autorização para explorar em profundidade para o dobro, e o Governo não desmente esta situação, pelo que se prolongará no tempo estando calculado até 2044.

Congratula-se com o alcatroamento total da estrada da Venda do Alcaide, de acordo com a sua intervenção na última sessão da Assembleia, dizendo que fica bem à Câmara reconsiderar em relação ao projecto que depois das obras deixaria um remendo ao longo da estrada.

Aproveita para fazer uma proposta que supõe não ser necessário que seja por escrito, no sentido de, após os esclarecimentos do Executivo, os Membros da Assembleia terem direito à palavra, por um tempo aproximado de três minutos, para poderem replicar alguma coisa com que não estejam de acordo.

Pergunta à Sra. Presidente se há algum projecto de alteração de captação e distribuição de águas no Concelho que altere o domínio do município sobre as águas. Faz esta pergunta porque por todo o país se vai deslizando no sentido das autarquias passarem as responsabilidades para as Águas de Portugal. Por outro lado sabe-se que esta empresa vai pôr na bolsa uma parte do capital, 49%, à semelhança do que é feito pela EDP, Gaz de Portugal, GALP, Telecom, etc. A sua preocupação justifica-se pelo que vai acontecendo noutros concelhos incluindo concelhos do PCP no Alentejo.

Termina colocando à Sra. Presidente uma questão que lhe foi apresentada por um munícipe e que tem a ver com a construção de uma moradia e de um alpendre, enquadrado arquitectónicamente na referida construção, e que se destinaria a guardar uma viatura automóvel. A construção do alpendre não foi autorizada apesar de o munícipe ter andado sete meses a discutir a situação. Não faria sentido esta sua intervenção, uma vez que a Câmara tem opções em relação às construções, mas tem de a fazer porque em frente a esta moradia acabou de ser construída uma com um alpendre. Dizem as más-línguas que o edifício em questão é propriedade de um membro da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, o que cai mal, porque deve haver critério igual para todos. Para melhor localização informa que se trata de construções na rua Comandante Francisco Joaquim Batista, onde os lotes têm todos a mesma área e não se percebe porque é que isto aconteceu.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD apresenta cumprimentos aos presentes.

Refere que tem duas questões a colocar à Câmara Municipal. Uma tem a ver com edifícios turísticos tendo-lhe sido dito, ainda hoje, que a aprovação de edifícios desta natureza estava condicionada uma vez que Palmela tem excesso de camas turísticas, pergunta onde e se são projectadas. Segundo sabe as de Palmela Village estão consideradas como turísticas mas na

realidade não o são. Também sabe que para esse local está projectado um hotel e que o projecto para o edifício da antiga "Rosca", a seguir ao acesso da auto-estrada, que teria utilização para fins turísticos se encontra condicionado por haver excesso de camas no Concelho. Pede à Câmara para definir o que é turístico e aquilo que não é. Um loteamento pode ser turístico se tiver um equipamento para esse fim mas não o é se só tiver o nome e nada de turismo. Um campo de golfe não é turismo e os edifícios do Palmela Village não são turismo. Existem investimentos que podem vir para o Concelho que não vêm, devido a uma classificação que em sua opinião não está correcta.

A outra questão relaciona-se também com o Palmela Village pelo que solicita um esclarecimento relativamente à água que é utilizada para a rega dos espaços verdes e do campo de golfe. Existe um furo, propriedade da Mecminop, empresa associada à Pelicano, que deveria explorar a água para rega, pelo que pergunta se o está ou não a fazer, ou se a água da rede pública estará a ser utilizada para essas regas. Pergunta ainda quanto custa à empresa e quanto recebe a Câmara pela utilização dessa água.

Sr. Carlos Vitorino do PSD apresenta cumprimentos aos presentes.

Congratula-se pelo novo modelo de funcionamento da Assembleia que se revela mais eficaz.

Refere que o PSD efectuou visitas a algumas freguesias do Concelho, tendo visitado a nova escola de Poceirão/Marateca pelo que pretende saber se está tudo operacional.

Em relação a Pinhal Novo, quando visitaram o mercado, constataram que as arcas frigoríficas se encontravam avariadas há bastante tempo. As condições de funcionamento são muito complicadas mas aquela situação não pode continuar a manter-se. Apesar das notícias vindas a público na comunicação social, sobre a construção do novo mercado, o que é facto é que já passaram seis anos sobre o encerramento do antigo mercado. Esperam que seja agora que a obra vá para a frente porque seis anos para fazer um mercado é obra.

Quanto à Praça da Independência gostaria de saudar a obra que está a ser feita no topo da praça, mas verifica que na restante área existe uma grande falta de cuidado, e falta de manutenção, facto que não é novo e já aqui foi trazido pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo.

Em relação à Moção, que votou favoravelmente, pensa que estaria em falta um *item* sobre a dificuldade de alguns pais em adquirir as senhas de refeição para as crianças. Em sua opinião o método antigo de venda directa nas escolas, se possível com um maior controlo, poderia ser adoptado em algumas situações particulares em que houvesse esta dificuldade. É um assunto que requer uma solução rápida e eficaz para que no próximo mês já esteja resolvido.

Refere que por ocasião da Festa das Vindimas tomou contacto, mais uma vez, com a geminação que existe entre a Câmara de Palmela e municípios de Espanha e Cabo Verde. Ao nível das relações internacionais gostaria de saber como se processa, quais os meios envolvidos, e como funciona esta questão. Sugere que este assunto não seja visto na sessão mas que a Comissão Permanente respectiva, da qual faz parte e que ainda não reuniu, pudesse abordar este tema de modo a ficarem a saber como é que a Câmara Municipal intervém nesta área, uma vez que tem sido notícia na comunicação social que alguns municípios utilizam este tipo de protocolos para reduzirem as listas de espera a nível da saúde.

Para finalizar quer dizer ao Sr. Guinote que concordou com a maior parte da sua intervenção, nomeadamente naquilo que diz respeito aos problemas a nível do Governo central, mas não resiste a, se fosse possível, pedir ao *"Zé"* para ele dar um palavrinha de modo a que tudo se resolvesse.

Sr. José Manuel Silvério do PS, diz que pediu a palavra para colocar duas questões à Sra. Presidente da Câmara mas antes gostaria de dizer, não podendo deixar de o fazer, que o Concelho de Palmela está de parabéns pela abertura, ontem, da escola 2/3 de Poceirão/Marateca.

Teve oportunidade de testemunhar a satisfação e a alegria de centenas de pais e encarregados de educação e de crianças que estiveram presentes na abertura. A escola abriu com trezentos e cinquenta e sete alunos, em dezasseis turmas, que corresponde a oitenta por cento da capacidade normal que é vinte turmas. Destes alunos, quarenta e três por cento são do terceiro ciclo não estando contabilizado o número de crianças que ficaram nas outras escolas, no 9º. Ano, e que apenas por um ano não valia a pena desintegrá-las das suas turmas para posteriormente regressarem ao 10º. Ano, senão seria trezentos e noventa a quatrocentas crianças correspondendo a cinquenta e seis a sessenta por cento. Para aquelas pessoas que disseram que não havia alunos para o terceiro ciclo seria bom que quando chegassem a casa olhassem para o espelho e apresentassem a si mesmas uma Moção de censura. Refere dados recolhidos nos últimos censos nas duas freguesias e que foram os dados em que as populações se basearam para reivindicarem a escola, que não eram do conhecimento do Ministério, tal como não era do conhecimento do Ministério a taxa de abandono escolar no Concelho.

Há cerca de três anos atrás quando conversava com a assessora do Sr. Presidente da República, Dra. Ana Maria Bettencourt, esta dizia que não gostava da expressão por si utilizada de que *"… existia um crime…"* , mas quando lhe provou que de facto havia um crime, porque ninguém queria olhar para o que acontecia aquelas crianças, ela disse não considerar haver um crime mas que haveria qualquer coisa muito estranha que não imaginava que acontecesse às portas de Lisboa. Também não sabiam que as crianças faziam quarenta e um quilómetros para cada deslocação à escola e que só oito em cada cem crianças que saíam daquelas freguesias terminavam o ensino secundário. Era o maior abandono escolar que existia no País mas os responsáveis do nosso concelho nunca apresentaram estes dados no Ministério. Quando as populações de Poceirão e Marateca, de há quatro anos para cá começaram a falar deste assunto, houve pessoas que, em vez de investigar estes dados e o porquê dos mesmos não chegarem ao Ministério, andaram a dizer que seria melhor fazer uma escola do 1º. e 2º. Ciclos do que fazer uma de 2º. e 3º. Ciclos por não haver crianças. Agora deviam sentir-se envergonhadas.

Concretamente em relação às questões que quer colocar à Sra. Presidente pergunta o que se passa com a sinalização horizontal viária do concelho. Diz que todas as Câmaras aproveitam os meses de Julho, Agosto e Setembro para fazerem remarcações, novas colocações ou correcções nas vias, especialmente nas passadeiras, e fazem-no com meios próprios ou por adjudicações. Durante estes três meses deste ano no nosso concelho nada foi feito, colocando em perigo os peões. As passadeiras de banda larga deixam de o ser quando não estão marcadas e passam a ser um local de actividade radical que tanto pode dar acidente para os peões como para os automobilistas e só dá lucro às oficinas. Refere ainda as situações junto às paragens de

autocarros nas estradas municipais, frequentadas todos os dias por dezenas e dezenas de crianças, e onde não existem passadeiras. Exemplo desta situação foi o caso do atropelamento de uma jovem, familiar sua e do Sr. Presidente da Junta de Poceirão, que é do conhecimento da Sra. Presidente uma vez que se deslocou ao local aquando da semana descentralizada do Poceirão. Nesta, como noutras coisas, o Sr. Presidente da Junta de Poceirão não é bem sucedido junto da Sra. Presidente da Câmara. O que o espanta nesta situação é que uma Câmara que permanentemente passa os dias junto das populações do concelho a dizer que não pode fazer mais porque a culpa é dos Governos, não consegue fazer as coisas mais elementares que são da responsabilidade do município, como é o caso da sinalização horizontal. Pergunta o que é que este executivo consegue fazer para além de apresentar lamentos, mais lamentos, sempre lamentos.

A segunda questão tem a ver com a rua 5 de Outubro, em Poceirão, que tem duas faixas de rodagem, uma em cada sentido. Nessa rua está montada, há vários anos, uma grua que é circundada por um tapume que ocupa sessenta por cento da via pública. A grua e o tapume ocupam toda uma faixa de rodagem e mais dez por cento da outra faixa. Uma situação destas que ocorre já há cerca de cinco anos é mais própria dum país da América do Sul ou de África e não dum concelho da área metropolitana de Lisboa, de uma capital da Europa e dum concelho que tantas vezes argumenta que defende a mobilidade. Esta situação não defende a mobilidade.

Houve tempos em que pensou que a este executivo apenas faltava a imaginação mas cada vez mais se convence que não lhe falta nada porque nada tem para oferecer.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD apresenta cumprimentos aos presentes.

Felicita o Sr. Presidente da Assembleia Municipal pelo novo formato de funcionamento das sessões, esperando que seja acompanhado por funções mais efectivas desta Assembleia num exercício mais efectivo dos seus poderes transformada aqui em mini parlamento.

Propõe que a Assembleia Municipal acompanhe a elaboração de vários instrumentos de planeamento urbanístico que de há muito estão a ser desenvolvidos no concelho, principalmente o Plano Director Municipal que está a ser revisto. Em sede de Plenário, ou em Comissão, a Assembleia Municipal terá de ser associada estreitamente a estes trabalhos que estão a ser desenvolvidos e que vão de algum modo condicionar a qualidade de vida do nosso concelho nos próximos quinze ou vinte anos.

Gostaria de saber qual o estado efectivo dos trabalhos de revisão do PDM, os pedidos de revisão feitos por entidades que convém analisar a fim de se verificar se vêm de empresários conscientes e se estão fundamentados ou se vêm de predadores do território que ainda não estão satisfeitos com a depredação do território do concelho.

Gostaria também de lembrar que um dos princípios orientadores da actual revisão do PDM é o de contenção dos perímetros urbanos pelo que espera que este princípio venha a ter tradução prática. Temos um PDM que foi manifestamente excessivo e que ao fim de dez anos provou-se que era tremendamente excessivo porque previa que Palmela tivesse mais do triplo da população que hoje tem que ainda permite um quadro de vida interessante, agradável e convivial. Em sua opinião este é o estilo de documento que pela sua importância necessita desde já que a Assembleia Municipal esteja estreitamente associada ao processo.

Gostaria ainda de saber como é que os planos de pormenor de Rio Frio e do Alto do Pina equacionam o aproveitamento de duas áreas turísticas por excelência com grande sensibilidade ambiental e que são vitais para o desenvolvimento dum ponto que é o genuíno turismo em Palmela.

Verifica com grande satisfação a referência a uma candidatura municipal ao Programa Polis XXI, eixo 2 do QREN que são as redes urbanas para a competitividade e inovação e um pedido de entrevista a um membro do Governo para esse efeito. Pede à Sra. Presidente, se possível, para esclarecer qual o objectivo fundamental desta candidatura.

Gostaria de saber o que se passa com o projecto de requalificação da esplanada do Largo de São João, se já existe projecto e qual a possibilidade de acesso ao mesmo.

Entende que a Assembleia Municipal não pode, nem deve, ficar alheada em processos que são fundamentais para o município. Neste momento é a fase ideal para que não venhamos a ser confrontados daqui a alguns meses, ou anos, com a situação de apenas podermos decidir sobre a fase finalíssima dos processos, sendo assim como que uma mera caixa registadora uma vez que, provavelmente, a maioria irá aprovar estes instrumentos de gestão territorial sem terem sido discutidos e sem as sugestões da Assembleia Municipal terem sido levadas em devida conta.

Termina dizendo que há pouco o Sr. Carlos Guinote referiu um aspecto que pensou não abordar uma vez que só o viu referido num jornal. Embora tenha a maior consideração pelos jornalistas e reconheça que são uma força motora fundamental na democracia, não pode acreditar em tudo o que lê. Refere-se ao problema do Parque Natural da Arrábida nomeadamente a autorização dada à SECIL para aprofundar a área de exploração de inertes de forma a poder ter matéria-prima até 2043/2044. O problema que quer colocar não é tanto o de saber se devemos ou não tentar que a SECIL desactive a sua actividade a prazo e restitua à Arrábida a sua plenitude de um magnífico Parque Natural, mas sim o problema que tem a ver com o aparente afastamento das autarquias do Conselho Directivo do Parque Natural. Esse sim preocupou-o muitíssimo pelo que acha que ninguém deve ficar completamente sossegado com esta alteração porque é um retorno a alguns anos atrás. Como um mal nunca vem só, aproveita para exprimir a sua preocupação e solidariedade com a ex-directora do Parque Natural que é uma arquitecta tremendamente competente e irredutível. As notícias vindas a público sobre a instauração de um processo disciplinar fazem-lhe lembrar o episódio tristíssimo da perseguição da Sra. directora regional de educação do norte, como uma onda de autoritarismo, de arrogância e de auto-satisfação e auto-elogio que tem caracterizado este Governo, mas sobretudo os pequenos caciques locais e regionais que têm uma influência muito grande nestas coisas.

Sr. Domingos Rodrigues da CDU apresenta cumprimentos aos presentes.

Refere que as intervenções anteriores lhe suscitaram a necessidade de falar sobre duas ou três coisas, informando, também, que não irão apresentar mais nenhuma Moção e quando o fazem têm consciência daquilo que apresentam. Há quem fique muito instável quando estas Moções tocam em questões da realidade porque, de acordo ou não, é bom falarmos das questões da realidade.

Em primeiro lugar gostaria de fazer três saudações.

Congratula-se pelas novas condições de funcionamento das sessões que considera serem muito melhores e uma delas é a oportunidade dos membros se olharem frente a frente e acompanhar muito mais de perto alguma instabilidade que surja.

A segunda saudação tem a ver com a Festa das Vindimas que considera ter sido extraordinariamente importante. Houve muita participação, com a Associação a trabalhar, a Câmara, o cidadão anónimo, para que todos em conjunto conseguissem levar a bom termo estas festas, apesar dalgumas preocupações que surgiram pelo caminho.

Por último a saudação à abertura da escola de Poceirão/Marateca, não querendo deixar de dizer que não andam às curvas para tirarem dividendos da inauguração. Congratula-se pela sua construção porque foi fruto de muito trabalho e de muita luta durante todo o processo. Quando as populações se movimentam, quando consideram que estão no caminho correcto, levam à concretização das suas aspirações. Contrariamente ao que a ANMP defende em relação à cedência de terrenos, esta Câmara tem assumido a cedência de terrenos para que o concelho se desenvolva. Exemplo disso é o terreno da escola, que também foi cedido pela Câmara. Não são medalhas para a Câmara, nem para ninguém, porque é fundamental dizer que aquela população reivindicou e conseguiu os seus objectivos.

Fizeram esta saudação em sequência da Moção apresentada porque, ainda hoje com os problema existentes na educação a nível do país, o nosso concelho não está a ser muito atingido mas começa-se a notar falta de pessoal nas escolas e as condições não são aquelas que todos desejamos. Mas tudo isto tem responsáveis e temos que reconhecer que em dois anos de governo já fecharam duas mil e quinhentas escolas, pelo que não podemos estar descansados por ainda não ter fechado nenhuma no nosso concelho.

Para reflexão de todos recorda o lançamento da primeira pedra de um empreendimento, que se fala que irá criar muitos milhares de postos de trabalho, que é a Plataforma Logística. Estão a acompanhar muito de perto o processo e acham ser extremamente importante para o desenvolvimento do concelho, mas deixam uma questão que é a seguinte: que respeito tem este Governo por estes órgãos autárquicos, por esta Assembleia Municipal, apesar de terem havido membros que estiveram presentes, quando não fez convites à maioria da CDU e às outras bancadas. Criticam porque este não é o caminho e porque esta questão deve ser analisada em conjunto, uma vez que é o respeito mais essencial pela democracia e por aqueles que votaram para que, todos os que estamos nesta Assembleia, pudéssemos defender as nossas posições e apresentar as nossas questões. Registam este facto como mais uma falta muito grave levada à prática por este Governo.

Gostaria, ainda, de referir mais duas notas que acha muito importantes. Poderia estar muitas horas a fazer o balanço global da política desenvolvida pelo Governo que a todos atinge, enquanto população e representantes deste Concelho. É nesse papel que estão muito preocupados e saúdam as populações que lutam. Saúdam os trabalhadores e a grande manifestação a ser realizada dia dezoito contra estas políticas desenvolvidas por este Governo.

Termina aconselhando a leitura, a quem não o tenha feito, da entrevista dada pelo Sr. Primeiro-ministro no passado sábado onde não fala nas populações, nos trabalhadores, no desenvolvimento regional mas que, curiosamente, fala nos grandes patronatos, nos grande lucros e nos aumentos que vão novamente atingir todos sem excepção, uns mais do que outros, e onde refere que o Partido Socialista é um partido de centro-esquerda.

Sr. Carlos Guinote do BE, complementando a proposta anteriormente feita diz que os Membros da Assembleia deverão poder intervir após os esclarecimentos do executivo tendo este a última palavra se assim o entender.

Sr. Faustino Santos do PS apresenta cumprimentos aos presentes.

Refere que a inauguração da escola em Poceirão é motivo de satisfação para si e para a população de Marateca. Sente-se honrado com a concretização desse projecto e que, apesar de não ter entrado em lutas como outros fizeram, mas há uma coisa que fez foi o não ter criado a mínima dificuldade à construção da mesma. Marateca reivindicava com toda a razão, e toda a documentação existente que tem em seu poder, algum direito sobre a localização da escola mas prescindiram disso para não criar problemas porque entenderam ser melhor ter uma escola em Poceirão do que não ter nenhuma. Tem consciência que poderia ter tido algum peso e alguma influência nalgumas áreas, que poderia ter contrariado e criado algum problema, mas não o fez. Por isso sente orgulho e satisfação por ter a cinco quilómetros de casa uma escola para os seus netos.

No entanto, há uma situação que não pode deixar passar despercebida. Embora localizada na freguesia de Poceirão, aquela escola vai servir os alunos de duas freguesias, o que quer dizer que as duas freguesias deveriam ter intervenções na escola porque cada uma deve defender os seus alunos quando achar que as coisas não estão convenientemente feitas. Se os acessos à escola são feitos a partir duma estrada nacional e só têm como fim a escola, entende que este espaço devia ser partilhado entre as duas freguesias e a Câmara Municipal na dotação no nome para o mesmo. Não lhe foi feito qualquer convite para participar na escolha do nome porque entenderam que nada tinha a ver com isso. Diz que não quer ter a ver com nada, quer os seus direitos e a defesa do seu povo. Em Poceirão foi feita uma reunião com a população e já foram definidos três nomes de rua, sendo o primeiro, rua Povo Unido, o segundo rua do Estudante e o terceiro, rua da Escola do Poceirão.

Termina dizendo que não vai dizer mais nada sobre o assunto, cada um pensa o que quiser e mais tarde comuniquem-lhe a decisão.

Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU apresenta cumprimentos aos presentes.

Diz que das várias intervenções feitas houve interpelações ao executivo camarário cabendo à Sra. Presidente responder, no entanto gostaria de fazer alguns comentários.

Em relação às senhas de refeição houve alguns equívocos quanto à aplicação do processo com alguma visão legalista, ou excessiva ficção normativa, do que era a obrigatoriedade das crianças terem senhas no primeiro dia, mas estava implícito e explícito nas políticas desta Câmara que nenhuma criança ficaria sem refeições no primeiro dia por razões de natureza logística. Esta situação foi entendida pela maioria dos pais, no entanto, nestes equívocos que são naturais no início do ano lectivo, há quem aproveite para utilizar como arma de arremesso contra a Câmara o que aconteceu nalguns casos. Tendo em conta a natureza da matéria de que estamos a falar, é particularmente condenável, sendo que a luta política é sempre legítima e desejável mas quando se utiliza como instrumento matéria desta natureza está a baixar-se muito o nível de intervenção política e houve quem o fizesse mesmo escondido atrás de associações de pais. É fácil perceber

algumas motivações pessoais para tentar criar alguma instabilidade. Por ter estado presente na reunião com a Sra. coordenadora da escola de Quinta do Anjo e em que estiveram a Sra. Presidente e a Sra. Vereadora, tomou conhecimento que o equívoco está ultrapassado e se existiu é porque houve alguma dificuldade de comunicação no terreno, o que é natural. Em relação à questão das associações de pais terem sido excluídas gostaria que o Sr. António José Santos concretizasse e objectivasse quem é que foi excluído do processo. Tanto quanto lhe foi dado saber, em relação à sua freguesia isso não aconteceu e o elemento da associação que esteve presente na reunião manifestou-se em relação ao assunto. Neste momento há da parte da Câmara um conjunto de medidas no sentido de acentuar a descentralização das vendas, envolvendo estabelecimentos comerciais, que a Sra. Presidente explicará.

Aproveita para informar que nesta escola há dois auxiliares de acção educativa para cerca de trezentas crianças, e na reunião foi dito pela coordenadora da escola e pela auxiliar, que se vê manifestamente impedida de fazer uma gestão mínima de vigilância das crianças, tendo já acontecido crianças saírem do estabelecimento de ensino sem que ela tenha possibilidade de atender porque não pode estar permanentemente à porta, por ter outras solicitações. São questões desta natureza que estão em causa quando o pessoal de acção educativa é manifestamente insuficiente para uma população escolar como aquela escola tem.

Quanto à intervenção do Sr. José Manuel Silvério, em relação à questão das passadeiras, diz que compreende a situação porque é muito importante mas quer tranquilizá-lo porque sabe que a Câmara adjudicou recentemente uma empreitada em todo o concelho. Hoje de manhã, em companhia do técnico da área, percorreu a freguesia de Quinta do Anjo para sinalizar a prioridade das passadeiras sendo que amanhã se iniciará a pintura das mesmas, pelo que a crítica que fez vem desfasada no tempo. É um processo que irá decorrer por todo o concelho, apesar das dificuldades financeiras da autarquia, que o Sr. Membro de alguma forma memorizou como se menos duzentos milhões de euros num orçamento de uma autarquia seja algo de despiciente como quis dar a entender.

Relativamente à nota irónica que fez relativamente à participação das populações e à forma como a Câmara se envolve ou envolve os munícipes, considera ter sido muito infeliz. Há seguramente insuficiências, mas a autarquia desenvolve o seu trabalho regular quotidiano, um trabalho de ligação às populações, tem momentos de excelência como a Semana da Freguesia e o Orçamento Participativo, e que é do seu conhecimento que tem intenções de desenvolver este modelo, de o alargar, disseminá-lo no concelho duma forma que permita auscultar as populações de um modo mais efectivo.

Em relação à intervenção do Dr. Bracinha Vieira pensa que todos os presentes partilham as preocupações do ordenamento do território. A questão do PDM não acompanha as dinâmicas da ocupação do território e há excessiva centralização que todo este processo nas CCDR. Tanto quanto sabe, está a ser preparada legislação que vem responsabilizar e dar maior autonomia às autarquias nesta matéria, com muita burocracia prolongando-se de forma excessiva. Até para proceder à regularização ou desvio de uma linha de água, os processos têm que ser submetidos ao parecer da CCDR.

Sr. Presidente da Mesa diz ter mais três inscrições neste ponto e não vai aceitar mais nenhuma porque o período de antes da ordem do dia já foi largamente ultrapassado.

Em relação à proposta/sugestão feita pelo Sr. Carlos Guinote diz que vai reflectir sobre o assunto e posteriormente ter uma conversa com os responsáveis das bancadas.

Sr. José Manuel Silvério do PS, diz que a bancada do Partido Socialista está indignada com a intervenção do Sr. Dr. Bracinha Vieira nomeadamente sobre o que aconteceu na DREN e pelo uso da expressão caciquismo. Fica mal hoje, quando se assiste à vergonha que o PSD anda a fazer, porque caciquismo é andar a pagar as quotas dos outros para se ser eleito. O Partido Socialista desde as suas cúpulas, Secretariado Nacional e Comissão Política Nacional, até ao simples Secretariado de Secção não tem nenhuma indicação por parte do Governo para que se controle, para que se faça caciquismo do que quer que seja, porque não é essa a prática do partido.

Em relação à intervenção do Sr. Domingos Rodrigues, diz que também não foi convidado para estar na apresentação da Plataforma Logística, nem pelo Partido Socialista, nem pelo Governo. Mas foi convidado pela Mota & Companhia que é seu cliente.

Ao Sr. Presidente da Assembleia diz que deverá verificar uma situação que aconteceu hoje para que não aconteça o mesmo em próximas sessões. Já não é nem a segunda, nem a terceira vez que depois de uma intervenção sua, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo vem dizer que a sua pessoa está desfasada na questão que está a ser discutida. Logo de seguida o argumento que apresenta é que foi informado pela Sra. Presidente e Vereadores da Câmara. Sabe que o Sr. Presidente da Junta de Quinta do Anjo tem privilégios junto do executivo em relação a outros Presidentes de Junta como é o caso do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo que ainda há poucos dias, numa reunião em que esteve presente a Sra. Vereadora Adília Candeias, não sabia como estava o plano e porque é que ainda não tinha sido adjudicado pela Câmara. O Sr. Presidente da Junta de Quinta do Anjo sabe as coisas antes dos seus camaradas, o que não lhe dá o direito de vir para esta Assembleia com esse tipo de discurso. Quando coloca as questões é porque não sabe o que se passa e quer ser esclarecido. Em relação a uma passadeira perto da escola secundária de Pinhal Novo questionou o Sr. Presidente da Junta que lhe respondeu não saber o que se passava. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo vem para esta Assembleia dizer que tem conhecimento de coisas, que mais ninguém tem, e serve-se disso para criticar a intervenção dos outros membros, o que é ilegal e sobretudo antidemocrático e responde pela Sra. Presidente o que fica mal até perante a própria bancada.

Há uma grande diferença de base entre o Partido Socialista e o PCP. Enquanto as pessoas do Partido Socialista pensam como ajudar Portugal, no PCP passam o tempo a pensar como é que Portugal os há-de ajudar. O País não é uma coisa abstracta nem tem uma árvore das patacas a mandar os milhões, e vê-se que quando os têm não os sabem utilizar como é prova o que se passa neste concelho, que é dos mais privilegiados financeiramente ao longo dos anos, e onde se vê a falta de imaginação para a concretização das obras.

Sr. Presidente da Mesa, refere que neste momento tem quatro inscrições, ou seja mais duas do que as previstas uma vez que lhe foi pedido e entendeu por bem aceitar, e não haverá mais até final deste período.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD, em relação à intervenção do Sr. Dr. Valentim Pinto, diz que as câmaras municipais não têm técnicos capazes para analisar projectos de regularização ou desvio de linhas de água como referiu. No entanto, também não é completamente verdade que os projectos de desvio necessitem de ir à CCDR, porque há situações em que o projecto pode ficar na Câmara sem ser necessário análise.

Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Assembleia, diz que o espaço da Assembleia no *site* da Câmara Municipal está muito pobre. No sentido de o melhorar, propõe que as actas sejam disponibilizadas em formato PDF, que os seus membros sejam conhecidos através da fotografia e da bancada a que pertencem e sejam dadas a conhecer as propostas e respectiva votação. Esta medida levaria a que a população estivesse mais perto dos eleitos, porque conhecem os eleitos da Câmara mas não os da Assembleia. Na sua perspectiva deverão ser dadas a conhecer as Comissões Permanentes e o resultado das reuniões que efectuam, porque assim poderá ser visto quem reúne e quem não reúne, quem trabalha e quem não trabalha, quem se interessa e quem não se interessa. Por uma questão de transparência na política nacional, e neste caso na política a nível concelhio, propõe que a Assembleia Municipal cuide melhor do seu espaço no *site* e disponibilize toda a informação possível.

Sr. Presidente da Mesa, diz que não pode estar mais de acordo com as propostas feitas, porque é fundamental que seja dado conhecimento público dos trabalhos da Assembleia, pelo que solicitará ao executivo essa possibilidade. Quanto às fotografias e às actas tem as suas dúvidas mas tomou nota e irá pensar no assunto.

Sr. António José Santos do PS, diz que face à intervenção do Sr. Valentim Pinto não pode deixar que fique registado que ficou com a sensação que a Sra. Presidente deve ter nomeado um porta-voz nesta Assembleia para falar sobre as questões que são postas ao executivo. Se não for essa a situação tem que tentar adivinhar as motivações pessoais que o levam a fazer intervenções deste tipo, porque pessoalmente gostaria muito mais de ouvir as explicações por parte da Sra. Presidente que é quem compete responder. Em sua opinião as intervenções do Sr. Valentim Pinto não primam pela boa educação, porque não é de bom-tom chamar "mentirosos" aos seus pares. Os deputados municipais não mentem, quanto muito estarão mal informados pelos munícipes.

A sua intervenção em relação às senhas de refeição tinha como objectivo a sensibilização para o problema e o melhoramento do funcionamento do processo de venda. Para além das entidades que irão vender as senhas sugere que sejam feitos protocolos com as Juntas de Freguesia no sentido de tornar a situação mais acessível.

Termina dizendo que como entende que os membros desta Assembleia não vêm para aqui mentir, informa o Sr. Valentim Pinto que se lesse um jornal ou quisesse falar pessoalmente com o Presidente da Associação de Pais da Escola Secundária de Palmela, ele próprio diria que não foi ouvido nesta questão. Para si, esta informação não é a única pois já a teve de outras pessoas, não sabe se é verdadeira mas é a que tem. Não está a mentir está apenas a transmitir a informação que tem.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, diz ter a maior consideração pelo Partido Socialista, um grande partido democrático, e pela grande generalidade e quase totalidade das pessoas que são os seus porta-voz e que o representam com grande dignidade em Portugal, Palmela e em vários locais, no entanto mantém definitivamente aquilo que disse. Esta situação não é apanágio, nem monopólio do Partido Socialista, porque há os pequenos caciques locais que distorcem a política, a moral cívica, a cidadania, e procuram pôr-se em bicos de pés tornando-se mais papistas que o Papa.

Termina dizendo que quando olha para o Governo e para o Primeiro-Ministro sabe perfeitamente distinguir quando ele fala como Presidente da União Europeia, e nos revemos em posições que ele toma e o respeitamos, e quando ele se lançou numa história de amor com a SECIL e o seu dono, que começou com a co-incineração e acaba agora com este alargamento da exploração da pedreira sem qualquer estudo de impacte ambiental.

Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU, diz que não vai responder à letra à intervenção mas quer esclarecer que é evidente que o lugar institucional de Presidente de Junta de Freguesia, em determinadas circunstâncias, acaba por dar um acesso à informação que é privilegiado pela circunstância de ser Presidente de Junta. Se hoje de manhã teve uma reunião marcada com o técnico das redes viárias sobre as passadeiras, naturalmente teve acesso à informação antes do Sr. Membro da Assembleia. Desta forma pergunta onde é que está o acesso privilegiado dito com a ironia que foi dito e da forma como foi feito, que acha infeliz, mas não está preocupado em fazer análises psicanalíticas dessa expressão e das motivações pessoais. O facto de ter partilhado essa informação não vai pôr em causa os esclarecimentos que irão ser prestados pela Sra. Presidente e pelo executivo. Pergunta se os Membros da Assembleia estão impedidos de comentar as intervenções que aqui são feitas quaisquer que seja o seu sentido, seja de interpelação à Câmara ou de crítica. Dirigindo-se ao Sr. José Manuel Silvério diz que por esse caminho não vai e que não é com a voz exaltada que o intimida.

Em relação às senhas de refeição também foi acesso privilegiado em termos institucionais porque esteve na escola de Quinta do Anjo numa reunião onde esta questão foi discutida. Naturalmente teve acesso mais rapidamente que os restantes Membros da Assembleia pelo que poderá partilhá-la. Pergunta se isso será condenável. Não está a partilhar nenhuma confidencialidade nem está a usar as informações indevidamente.

Sr. Presidente da Mesa, pelas 23,05 horas propõe a realização de um pequeno intervalo.

Os trabalhos reiniciaram-se após intervalo, cerca das 23,15 horas.

Sr. Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para esclarecimentos.

Sra. Presidente da Câmara apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em relação à nova disposição e funcionamento da sala espera que corresponda a melhores condições de trabalho para todos, sendo que essa melhoria irá ser continuada concretamente em relação aos microfones.

Quanto às questões que os Srs. Membros colocaram diz que vai começar pelas questões relacionadas com os requerimentos.

Em relação à questão colocada pelo Sr. António José Santos tomou nota. Quanto ao assunto do ecoparque, diz que o Sr. Vereador José Charneira tem de memória que foi emitido parecer desfavorável sobre este requerimento. No que diz respeito ao caso do Sr. Vítor Palheira, desconhece a questão mas tomou nota e o mesmo é válido para o caso que o Sr. Carlos Guinote colocou, solicitando desde já uma informação mais concreta dos dois casos.

No que se refere à estrada da Estação, a informação que tem em seu poder é que a Câmara irá fazer essa intervenção no sentido de tapar as valetas.

Em relação à eleição da Rainha da Festa das Vindimas quer informar o Sr. António José Santos que a Câmara Municipal não convida os órgãos autárquicos para este evento. O que está estipulado é uma determinada distribuição dos convites e a Comissão de Festas entende, e bem em sua opinião, que os órgãos autárquicos são convidados pela própria Comissão. A Câmara faz convites a pessoas exteriores ao concelho que não são identificadas pela Comissão de Festas. De qualquer modo, poder-se-á fazer uma recomendação à Comissão no sentido de convidar individualmente os Srs. Membros da Assembleia Municipal, a exemplo do que é feito com os Srs. Presidentes de Junta e Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Sobre a abertura da ponte do Zambujal tem a dizer que, após várias reuniões, houve um entendimento entre a Câmara Municipal, a REFER e o proprietário da Herdade do Zambujal. Foi elaborado um documento/acta do que se tinha passado na reunião e que fazia prova da vontade da Câmara Municipal intervir no problema, tendo sido posteriormente enviado à REFER. Por sua vez esta entidade ficou de disponibilizar ao proprietário da herdade os elementos fundamentais da intervenção necessária e será o proprietário que irá fazer uma avaliação dos custos financeiros envolvidos. Não tem nota que a REFER já tenha enviado esses elementos, mas até pode ser que o proprietário já os tenha uma vez que solicitou uma reunião à Câmara Municipal. Só depois de alguma intervenção, que não se sabe exactamente qual é, é que a ponte voltará a abrir à circulação normal.

Em relação à questão das senhas de refeição, diz que as medidas que estão a procurar tomar serão para iniciar já no mês de Outubro. Os serviços de educação tiveram reuniões com os Agrupamentos das Escolas, em Junho e Julho, sem prejuízo daquilo que a democracia sugere, daquilo que as convicções impõem e de todos os diálogos que têm procurado manter com as Associações de Pais, uma vez que há normas a cumprir e é com estas entidades que os contactos têm que ser feitos. Num processo de mudança era difícil que os pais que mantêm uma relação de ausência com a escola durante o período de férias, que é compreensível, tivessem conhecimento antecipado do novo processo. Na grande maioria isso aconteceu uns dias antes, mas para alguns isso só aconteceu no dia em que começou a escola. Foi desagradável, mas era quase inevitável que muitas pessoas não tivessem a informação sobre como se iria processar a venda das senhas. Estas mudanças não conseguem ser completamente aferidas, o que é natural, mas assim que a Câmara Municipal constatou o impacto da mudança adoptou medidas no sentido de que a situação não se repetisse. Passou a ser impossível vender as senhas nas escolas uma vez que não têm condições para realizar esta tarefa em termos de pessoal e a Câmara também não tem condições para colocar funcionários, nas cerca de trinta escolas existentes. Deste modo teve que ser partir para a descentralização dos locais de venda, mas desde já reconhece que o

ideal não foi o que aconteceu no início do ano lectivo. Daí terem sido tomadas medidas imediatas pelo que, a partir de Outubro, vai ser possível comprar senhas para além dos locais de atendimento público da Câmara, das Juntas de Freguesia de Poceirão e Marateca e delegação no Bairro Alentejano, em alguns estabelecimentos comerciais com os quais estão ser feitos acordos. Deste modo, as senhas poderão ser adquiridas entre as 08,30 horas e as 19,00 horas num leque diversificado de locais o que irá facilitar os pais. Existe ainda outro tipo de medida que está a ser estudado como é caso da aquisição on-line, pagamento por Multibanco, requisição directa à Câmara Municipal mediante envio de cheque.

Ainda em relação ao início deste ano lectivo há um aspecto que gostaria de referir e que tem a ver com os problemas no fornecimento de refeições. Em virtude de existir um volume muito grande de refeições a fornecer a Câmara foi obrigada, por imposição legal, a abrir um concurso público internacional que foi ganho por uma grande empresa deste sector. A empresa, infelizmente, ainda não está a corresponder a todos os requisitos que a lei impõe e que têm vindo a ser observados diariamente. Ainda há casos em que as refeições não estão a chegar à hora combinada e não estão a chegar nas condições ideais em termos de temperatura. Os serviços estão em cima do acontecimento, em reuniões permanentes com a empresa e o mesmo irá ser acompanhado em todas as suas dimensões até às últimas consequências. Apesar de todos estes aspectos, que não estão a funcionar a cem por cento, quer dizer que não é hábito ter as refeições nas escolas no primeiro dia de aulas o que aconteceu este ano em todas elas. Deste modo, entre a Câmara, Agrupamentos e escolas, está-se a tentar melhorar e aprofundar este trabalho para satisfação de todos.

Em relação à escola de Poceirão/Marateca, diz que na sua intervenção escrita faz o reconhecimento da grande importância que tem a abertura desta escola para o nosso concelho. Estão de parabéns as populações, as freguesias rurais, as autarquias e todos os munícipes. Esta escola é uma grande aquisição neste novo ano lectivo. O que está em falta neste momento é a conclusão do espaço desportivo, do refeitório, da cozinha e segundo informação do Ministério da Educação ficará para uma segunda fase a ideia da construção do pavilhão desportivo.

Sobre este assunto, e fazendo a ponte com a intervenção do Sr. José Manuel Silvério, não resiste a um comentário, um pouco mais sarcástico do que é seu hábito, mas tem que o fazer. Se não fosse o rigor dos dados que as autarquias, nomeadamente da Câmara Municipal e apesar da luta ter sido das populações, quer dizer ao Sr. José Manuel Silvério que poderia ter levado todos os burros à Praça do Comércio mas não tinha escola no Poceirão e Marateca. Só tem escola porque a Câmara reuniu os dados oficiais, que são os dados das escolas, que são os dados dos territórios, e identificou o conjunto de escolas fora do concelho onde estavam os meninos, as escolas do concelho onde estavam a ter aulas e provou que tinha um universo suficiente para ter uma escola com estas características. Todas as lutas são bem-vindas mas não são burros na Praça do Comércio que constroem escolas.

Relativamente à questão das águas, colocada pelo Sr. Carlos Guinote, diz que a Câmara Municipal tem tomado sempre uma posição muito clara pela defesa do domínio público na gestão da água em todos os níveis e tem participado no âmbito da AMRS numa tendência geral no sentido de se construir um sistema intermunicipal para o abastecimento de água. Esse sistema deverá ser maioritariamente detido pelos municípios ou seja pelo serviço público. Está prevista a constituição de uma associação de municípios de fins específicos para tratar do tema da gestão

da água e do aquífero, sendo que a participação da Câmara Municipal terá que ser submetida à deliberação da Assembleia.

Quanto às questões do turismo, colocadas pelo Sr. Fernando Nascimento, refere que se resume a uma posição que a CCDR teve junto da Câmara Municipal dizendo que tinha um estudo para a região e que esse estudo apontava para um determinado número de camas e, do que era conhecido em relação a projectos e estudos prévios nos concelhos de Palmela, Sesimbra e Almada, esgotavam o número de camas previsto para a região. No concelho de Palmela estão identificados dois projectos distintos na Herdade de Zambujal, um em Rio Frio, um em Alto do Pina e um outro em Quinta do Anjo denominado Quinta do Anjo Village que é a segunda fase do Palmela Village. São investimentos que acontecem em zonas de ocupação, ou de vocação turística, que têm planos de pormenor a tramitar para definir o seu desenho ou são apresentados sob a forma de loteamento, dependendo das características do terreno em causa. A acontecerem estes investimentos no concelho esgotam essa capacidade considerada desejável e que nos está atribuída. Em relação ao que é turismo, é algo mais complexo uma vez que a ideia de empreendimento turístico está definida na legislação que é muitíssimo ambígua e faz com que aquilo que está em Quinta do Anjo seja considerado um empreendimento turístico. Podemos ter todas as opiniões que entendermos sobre o tema mas o facto é que a lei confere as características de empreendimento turístico àquilo que se conhece em Quinta do Anjo. Pode-se dizer que a parte mais turística não é a que está consolidada no terreno mas sim a que virá a seguir, só que todo o empreendimento faz parte do chamado conjunto turístico porque há um número de camas que pode ser alienado e daí a ocupação permanente ou sazonal que fica fora da bolsa de ocupação típica do turismo. O mesmo acontecerá em partes significativas dos outros projectos referidos porque todos eles terão uma componente urbanística por mais que se lute contra essa situação, por mais que se imponham regras ou que se faça apelo a uma ocupação que se aproxime mais do interesse turístico.

Em relação às questões do Mercado de Pinhal Novo, referidas pelo Sr. Carlos Vitorino, confirma que houve um problema grave com as arcas que agravou as condições já pouco simpáticas das instalações provisórias do mercado. Quanto à obra do mercado informa que as propostas estão em fase de análise, será adjudicada durante o mês de Outubro e irá decorrer durante um ano devendo iniciar-se em Dezembro de 2007, prevendo-se que terminará em final de 2008.

A manutenção da Praça da Independência não está nas melhores condições, porque tem havido problemas com a empresa que está a fazer a sua manutenção estando a ser tomadas medidas para procurar normalizar a situação.

Para além do que já foi dito confirma que está em curso um concurso para a pintura de sinalização horizontal no concelho, nomeadamente passadeiras.

Quanto às questões referidas pelo Sr. Dr. Bracinha Vieira, nomeadamente a participação da Assembleia Municipal no processo de revisão do PDM diz que este processo está com um grande atraso que muito lamenta. Há um problema enorme com a CCDR que não consegue de modo nenhum manter o ritmo que havia sido proposto e os passos definidos para esta revisão. A CCDR-LVT acompanha dezenas e dezenas de PDM em revisão por isso o nosso está com um atraso brutal de mais dum ano. Aquilo que se supunha terminar em 2007 vai ter no final deste ano a sua primeira proposta de trabalho, sobre a qual todos teremos que nos pronunciar. Assim que

estiver em condições por parte dos serviços, e da equipa externa, diligenciará junto do Sr. Presidente da Assembleia Municipal no sentido de serem feitas reuniões de trabalho com a Assembleia para iniciar o processo de partilha com a comunidade.

No que concerne ao Largo de São João e Quinta da Cerca, foi feita uma reunião pública para apresentar a pré-proposta. Sofreu alguns comentários que foram registados e que se tem vindo a procurar adaptar ao projecto. No essencial foi muito bem acolhido pelas pessoas e deverá ser apresentado à Câmara Municipal numa das próximas reuniões durante o mês de Outubro.

Em relação à questão que aqui foi referida sobre o ICN pensa que os Srs. Membros da Assembleia tomaram contacto com o assunto através de algumas declarações da Câmara Municipal, concretamente do Sr. Vereador Charneira, sobre este problema. É um assunto que preocupa a Câmara Municipal e particularmente as questões da SECIL no seu todo, da Arrábida e ainda do ponto de vista legal as transformações que o ICN sofreu e o facto de na sua nova estrutura não haver espaço para a participação das autarquias. De acordo com alguns responsáveis do Parque, incluindo a ex-directora, uma coisa pode ser dita é que as reuniões da Comissão Directiva, ainda que muito polémicas e com grandes discordâncias entre as autarquias e o próprio Parque, eram extremamente sérias e permitiam a discussão dos problemas e a proposta de soluções por parte das autarquias que no terreno conhecem melhor muitos dos processos. Esta nova estrutura não prevê a participação das autarquias, que é um facto que lamenta. Por outro lado, constitui grande preocupação o facto de o parecer que as autarquias e o Parque deram, não fazer parte do processo que existe para avaliar a possibilidade da SECIL continuar e perdurar por muitos e longos anos. É um tema que preocupa a Câmara Municipal e que procuram acompanhar ao nível da AMRS e onde não vão deixar de intervir.

No que se refere ao programa POLIS XXI, diz estão a trabalhar no projecto com a Câmara de Setúbal. Após terem tomado conhecimento do seu conteúdo verificaram que no domínio das Redes Urbanas de Competitividade e Inovação pareceu haver lugar para apresentar pontos e aspectos dos concelhos de Palmela e Setúbal que são fundamentais para a competitividade e para a inovação. Está a ser feito o levantamento das zonas dos dois concelhos que podem ser interligadas e trabalhadas em rede, sendo que no caso de Palmela vai desde a Autoeuropa passando pela zona da Plataforma Logística até ao porto de Setúbal. Neste triângulo que se pode estabelecer há um conjunto de zonas que são apresentadas e que podem vir a ser alvo de uma candidatura no âmbito do programa de ordenamento POLIS XXI.

Por último e no que respeita à escola de Cajados, para além de terem partilhado o projecto com a comunidade escolar este também está exposto na Junta de Freguesia de Marateca e pode ser observado pelas populações e por todos os interessados.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa,** dá por terminado este período e dá início ao período da Ordem do Dia.

1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº.1 do artº. 53º. da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Sra. Presidente da Câmara faz a leitura da Introdução ao Relatório da Actividade Municipal.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém tem alguma questão a colocar.

Sr. José Manuel Silvério do PS, pretende saber quais são os critérios para a colocação dos ecopontos no concelho e se as freguesias de Poceirão e Marateca podem aspirar a ter mais alguns ecopontos.

Sra. Presidente da Câmara, informa que há um rácio de um ecoponto/500 habitantes e que o número de ecopontos das freguesias de Poceirão e Marateca foram aferidos em função desse rácio.

Sr. Presidente da Mesa, não havendo mais intervenções passa de imediato ao ponto seguinte.

2 – Desafectação de parcela de terreno sita em Pinhal Novo para construção de Lar Residencial destinado a crianças e jovens portadores de deficiência

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS apresenta cumprimentos aos presentes.

Congratula-se pela inovação introduzida no funcionamento das sessões da Assembleia com a nova disposição da sala.

Refere que a proposta em discussão se encontra muito bem apresentada, com um dossiê muito completo mas causa-lhe alguma preocupação ler a correspondência trocada entre o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo e a Câmara Municipal e a forma como é planeada e gerida a "coisa pública" pelo executivo CDU. Existe um equipamento, que custou dinheiro a todos nós, e que depois é desafectado.

Em relação à matéria a discussão o Partido Socialista não tem nenhumas dúvidas pelo que irá votar favoravelmente.

Sra. Dra. Celeste Oliveira do PSD, diz que quer felicitar a Fundação COI pela iniciativa e coragem de se propor criar um lar residencial destinado a crianças e jovens portadores de deficiência uma vez que, dada a dimensão do concelho, já não se justifica pedir aos concelhos vizinhos que recebam as nossas crianças quando elas têm deficiência.

Em relação à proposta, e por aquilo que interpretou nas plantas, tem a sensação que o lote C vai ocupar o circuito de manutenção que está construído na parte sul de Pinhal Novo. Este circuito apresenta-se bem cuidado, é muito frequentado e é de certa forma um espaço verde ou pelo menos um dos poucos espaços verdes do lado sul que, para ficar perfeito precisa de alguma iluminação. Deste modo gostaria de saber se este edifício não irá ocupar esse espaço e caso se verifique essa ocupação o que é que vai acontecer ao circuito de manutenção.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, em relação á intervenção anterior diz que é pena que a Dra. Celeste Oliveira não tenha lido todo o documento porque a troca de correspondência havida entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal é explícita.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por maioria, com 21 votos a favor (14 CDU, 6 PS e 1 BE) e 5 abstenções (4 PSD e 1 CDU). Aprovado em minuta.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, apresenta declaração de voto dizendo que a bancada do PSD se absteve na votação não pelo objecto da proposta em si mas pela forma como foi apresentada.

Sr. José Manuel Silvério do PS, apresenta declaração de voto dizendo que nota falta de convicção por parte da Câmara Municipal de Palmela sobre este projecto uma vez que é dito que se ao fim de cinco anos o projecto não for feito por parte das entidades o terreno será retirado. Isto à partida quer dizer que a Câmara não tem convicção no projecto que aqui apresenta.

Sr. Presidente da Mesa, diz que esta intervenção não é considerada declaração de voto porque é em nome individual e não em nome da bancada.

3 – Nomeação de auditor externo, nos termos do artº. 48º. da Lei das Finanças Locais

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se pretende aduzir algum esclarecimento à proposta apresentada.

Sra. Presidente da Câmara, diz que aguarda pedidos de esclarecimento.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta quem quer intervir na discussão deste ponto.

Sr. Dr. Miranda Lemos PS, gostaria de saber se existe algum vínculo laboral entre o indivíduo que ganhou o concurso e a Câmara Municipal e quais são as suas funções.

Pergunta se a proposta se reporta a 2006/2007, a que se destina o pagamento, se o montante em causa se reporta a doze duodécimos ou a este semestre e mais doze duodécimos. A proposta não é esclarecedora, está mal formulada e traz muitas dúvidas porque a ser seguida a fundamentação da Lei das Finanças Locais, implica pelo menos dois relatórios semestrais que são presentes à Assembleia Municipal e relatórios trimestrais de segurança que são dados para consumo interno da Câmara. Neste momento estamos no nono mês do ano e já não haverá elaboração de dois relatórios trimestrais, um relatório semestral e só haverá lugar a um relatório trimestral que não terá praticamente interesse. Esta proposta peca por tardia, já deveria ter vindo há muito mais tempo no sentido de acautelar o que está previsto na Lei das Finanças Locais. Esta auditoria externa devia reportar-se ao início de 2007 e depois 2008, pelo que a proposta deveria ter sido feita nos finais de 2006.

Sra. Presidente da Câmara, informa que a pessoa em causa é revisor oficial de contas da Palmela Desporto e concorreu em pé de igualdade com as outras duas empresas.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que ser revisor de contas é uma capacidade, uma competência, as funções desta competência é que podem ser outras.

Sra. Presidente da Câmara, diz que o revisor oficial de contas na Palmela Desporto não é um quadro da Palmela Desporto, tem uma avença e tem como função fiscalizar as contas da Palmela Desporto. Não é quadro da Palmela Desporto nem da Câmara de Palmela, tem a função de revisor oficial de contas. Este senhor concorre a esta consulta como profissional liberal como todos concorreram, porque não tem vínculo com nenhuma das duas instituições. Neste caso concreto não é uma avença, apresentou uma proposta de honorários para os seus serviços que é anual e que tem a função de cumprir a análise das contas de 2007 e de 2008 tal como a lei impõe.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, tendo em conta o que a Sra. Presidente acabou de dizer refere que já não vai ser produzido um relatório semestral e dois relatórios trimestrais.

Uma vez que a nomeação é da competência da Assembleia tem que exercer essa função com o maior juízo possível, a maior imparcialidade e em consciência nem que por vezes seja antipático.

Para a bancada do Partido Socialista esta proposta está mal elaborada porque só tem o *curriculum* de uma pessoa. O único factor que é dado a conhecer da avaliação da Câmara é apenas e só o factor financeiro, uma vez que cada um dos concorrentes apresentou um preço. O *curriculum* apresentado é muito escasso e na melhor das hipóteses poderá ser um resumo curricular mal feito com imprecisões e incorrecções. Factor agravante é que no curriculum não aparece mencionado a experiência na Palmela Desporto, e quem não deve não teme. Estão em falta os *curricula* dos outros concorrentes.

Para votar em consciência, falta à bancada do Partido Socialista matéria para analisar a proposta, desconhecendo-se o que foi solicitado aos concorrentes, o caderno de encargos do concurso e o que lhes é cometido fazer.

Ao contrário da proposta anterior, esta está muito mal cuidada tendo em conta a matéria em discussão na mesma.

Recorda que o início deste processo foi muito conturbado tendo gerado muita controvérsia a nível dos municípios, que acharam que era uma ingerência e uma falta de confiança do poder central sobre a sua gestão financeira, mas de uma forma tranquila percebeu-se que quem não deve não teme. Neste momento todos nós achamos que um auditor externo é um mecanismo extremamente importante para quem trabalha com números, porque não há empresa que seja certificada e não tenha auditoria externa.

Faz muita confusão à bancada do Partido Socialista que a pessoa em causa, sendo um revisor oficial de contas numa empresa municipal, faça a auditoria interna e a consolidação através do Pocal e venha agora fazer a auditoria externa à Câmara Municipal que é detentora a cem por cento do capital da empresa municipal.

Não vai ainda dizer qual o sentido de voto da sua bancada porque acha que este assunto tem que ser debatido para se poder votar em consciência.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, apresenta cumprimentos aos presentes.

Em sua opinião esta proposta enferma não só de ilegalidade do ponto de vista jurídico como de ilegalidade do ponto de vista técnico, em dois ou três aspectos que lhe parecem essenciais.

Um auditor externo, independentemente da categoria que possa ter, é alguém que é independente da entidade com a qual se vai relacionar. Deste modo não pode, do ponto de vista moral, ético e profissional, ter qualquer tipo de relação com a entidade onde vai exercer a sua competência de auditoria, neste caso relativamente às contas.

Aquilo que se verifica é que este profissional tem uma relação contratual e profissional com uma entidade fundamental nesta relação autárquica, que é uma empresa municipal que é detida a cem por cento do capital financeiro pela Câmara Municipal. Este elemento ligado à Palmela Desporto tem uma relação com as entidades com as quais não se devia relacionar e com as quais devia ter uma atitude independente relativamente à atitude profissional que vai ter. Logo, esta questão do auditor externo, está ferida de independência porque é uma pessoa que não é independente relativamente ao trabalho que vai executar e para o qual se pretende que seja contratado pela Câmara Municipal.

Há outro aspecto da própria proposta que é perfeitamente equívoco. A proposta refere numa das suas alíneas importantes para o trabalho que está a contratar, no ponto 4, que esta entidade, seja ela qual for, tem que remeter semestralmente ao órgão deliberativo do município, informação sobre a situação económica e financeira. Há uma obrigatoriedade exigida pela própria proposta daquilo que a Câmara Municipal pretende. Ao contratar este profissional ele vai ter que, durante os anos de 2007 e 2008, executar relatórios semestrais sobre a sua competência de auditor. Isto significa que deveria fazer pelo menos dois relatórios semestrais: um no primeiro semestre de 2007, outro no segundo semestre de 2007, um no primeiro semestre de 2008 e outro no segundo semestre de 2008. Do ponto de vista formal, esta situação é impossível porque a

adjudicação vai ser feita agora, a poucos dias do início de Outubro de 2007. Acontece que o valor financeiro apresentado na proposta dá a entender que se refere à prestação da competência profissional para o ano de 2007 e 2008, tal como é dito no último parágrafo. Logo, há dois terços do ano que não pode ser feito porque só no último trimestre é que ele vai desempenhar a sua função em 2007 juntamente com o ano de 2008.

A ter alguma evidência financeira esta proposta, o valor a adjudicar ao Sr. Lino António Correia não seria catorze mil e quinhentos euros, porque ele já não vai fazer este trabalho, mas sim sete mil duzentos e cinquenta referente a 2008 mais mil oitocentos e doze vírgula cinquenta euros referente ao último trimestre de 2007.

Isto se a proposta estivesse correcta o que não lhe parece, pelas razões atrás expostas, por haver uma incompatibilidade. Uma pessoa que tem relações profissionais com quem vai auditar não pode ser considerada auditor externo. Em sua opinião, legal e formalmente, esta proposta não tem o mínimo de fundamento, porque no contexto actual está ferida do ponto de vista técnico e da formalidade jurídica, pelo que deveria ser reformulada.

Sr. José Manuel Silvério do PS, gostaria de saber se o critério apresentado na proposta é apenas o preço e se a Câmara não considerou haver uma certa injustiça uma vez que a pessoa que ganhou já faz a auditoria da Palmela Desporto, não precisando assim de auditar esse trabalho, ao invés dos outros concorrentes que como não o fazem tiveram que apresentar um preço mais caro.

Sr. Carlos Guinote do BE, diz que o Bloco de Esquerda se vai abster porque considera não ter dados para apreciar estas entidades e a sua capacidade. Por outro lado acha que um processo desta natureza devia ser feito por consulta geral e em carta fechada para que toda a gente pudesse saber com o que conta.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, a propósito do relatório de gestão, refere que o auditor externo terá que assumir uma postura crítica sobre o conteúdo do mesmo apresentando sugestões e correcções visando a melhoria do seu conteúdo. Isto define o que faz um auditor externo, por isso pergunta como é que ele pode ter uma visão crítica sobre si mesmo.

Sra. Presidente da Câmara, agradece as questões colocadas pelos Srs. Membros da Assembleia mas em sua opinião há uma grande confusão logo à partida que é o entendimento da figura do ROC – revisor oficial de contas. O ROC não é quadro de instituição nenhuma e, caso contrário, perguntaríamos todos nós como é que é possível que nas sociedades o ROC da empresa mãe – muitas vezes SGPS – seja o mesmo de todas as empresas participadas. Só é possível porque não são pessoas dos quadros das empresas. Em sua opinião há um princípio elementar de bom senso, porque não é à Câmara que compete definir qual o papel dos ROC, nem o seu código deontológico, para saber se eles podem concorrer à empresa mãe, à empresa filha e à empresa participada.

Como devem calcular a única coisa que a Câmara faz é cumprir rigorosamente a lei. Primeiro foi preciso estudar com muita atenção a Lei das Finanças Locais, e em especial o seu artigo 48º, a seguir foi feita uma consulta que tem que ser universal, em carta fechada, etc., nos

moldes definidos na lei. Responderam três entidades, e só foi apresentado um *curriculum* porque foi respeitado outro princípio básico das regras da administração pública, ou seja, o preço mais baixo é o que conta. Não há outro critério, a não ser que por alguma outra razão tivessem que ser excluídos os outros concorrentes. Estando em condições de ser admitidos a Câmara Municipal é obrigada a adjudicar ao preço mais baixo, por esse facto, limitaram-se a juntar o *curriculum* de quem tem o preço mais baixo.

Quanto ao facto de não ser enunciado o seu papel na Palmela Desporto tem a ver com o *curriculum* sintético mas onde se pode ler que é revisor oficial de contas e consultor de empresas desde 1994 até à data, senão teria que identificar todas as empresas. É irrelevante que seja revisor oficial de contas da Palmela Desporto.

Há duas questões essenciais neste processo: a primeira é o preço de acordo com a lei e a segunda é que não há nada no código deontológico dos revisores oficiais de contas, nem na lei das finanças locais, que impeça que um revisor oficial de contas duma empresa municipal se candidate a revisor oficial de contas do município.

Termina dizendo que a Câmara Municipal nunca faria uma proposta que fosse ilegal.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, gostaria de chamar a atenção para dois factos que considera muito graves.

Está a discutir-se a contratação de um auditor externo que é o que é dito nas primeiras linhas da proposta e não a categoria do senhor. Alguém que faz uma auditoria externa não pode estar ligado aos interesses e competências profissionais do que está a fazer internamente.

Sra. Presidente da Câmara, diz que a pessoa em causa não está ligada internamente à Palmela Desporto porque faz o mesmo trabalho que irá fazer na Câmara.

Todas as dúvidas que os Srs. Membros estão a colocar também foram colocadas na Câmara. O facto de se ter na Palmela Desporto uma pessoa com estas funções e o facto de ter concorrido a auditor externo, levou a que surgissem essas dúvidas e houve necessidade de consultar os serviços. A primeira verificação foi feita na lei das finanças locais e no código deontológico destes profissionais, porque essa é uma questão central. Houve necessidade de saber se tem que haver algum perfil especial nos auditores externos que os retire fora do enquadramento e que o código deontológico lhes impõe. O facto é que nada diz, pelo que a Câmara é obrigada a adjudicar pelo preço mais baixo.

Nada mais tem a dizer sobre este assunto a não ser que a pessoa em causa não é da Palmela Desporto, audita a Palmela Desporto e vai auditar a Câmara Municipal de Palmela.

Sr. Presidente da Mesa, dá por terminadas as intervenções deste ponto e coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por maioria, com 15 votos a favor da CDU, 6 votos contra do PS e 5 abstenções (4 PSD e 1 BE). Aprovado em minuta.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, apresenta declaração de voto dizendo que o Partido Social Democrata se absteve na votação desta proposta por achar que a mesma não veio devidamente fundamentada, faltando muito elementos e por ter sido cortada a discussão por parte do Sr. Presidente da Assembleia.

Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU, apresenta declaração de voto dizendo que votaram favoravelmente a proposta reconhecendo que teria havido vantagem se outros elementos estivessem anexos ao processo, mas essa insuficiência do ponto de vista qualitativo não inviabiliza a avaliação objectiva. O prestador de serviços neste caso é à tarefa, e a lei define três princípios: não subordinação hierárquica, não cumprimento de horário de trabalho e não exercer funções nas instalações da empresa.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS ausentou-se da sala pelas 00,35 horas.

4 – Redução da Taxa do I.M.I. no Centro Histórico de Palmela

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém quer intervir neste ponto.

Não havendo intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade, com 25 votos a favor (15 CDU, 5 PS, 4 PSD e 1 BE). Aprovado em minuta.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 00,40 horas do dia 26 de Setembro de 2007, tendo sido lavrada a presente acta que eu, Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores, redigi e subscrevi.

Palmela, 26 de Setembro de 2007